

Apurações da CGU caem a um quinto em quatro anos

Número de ações diminuiu de 11 mil em 2013 para cerca de 2.000 neste ano

Órgão diz que mudou estratégia de atuação para filtrar melhor os casos que devem ser alvos de investigação

JOSE MARQUES

DE SÃO PAULO

Órgão anticorrupção do governo federal, a CGU (Controladoria-Geral da União) vem reduzindo o número de suas apurações desde 2013.

Há quatro anos, as chamadas "ordens de serviço" homologadas pela CGU (que incluem fiscalizações, auditorias, inspeções, avaliações e operações especiais) ultrapassaram as 11 mil. Este ano, de janeiro ao fim de novembro, foram oficializadas 2.283, um quinto daquela quantia.

Os dados foram obtidos pela Folha via Lei de Acesso à Informação. A redução não tem relação direta com corte de verbas ou com a mudança de status da entidade, que desde o ano passado se chama Ministério da Transparência e Controladoria-Geral

da União. Antes, a CGU era vinculada à Presidência.

Em 2013, o governo federal gastou R\$ 768 milhões na entidade. Ao passado, esse valor chegou a R\$ 918 milhões.

Ainda assim, o número de ordens de serviço de 2013 já era pouco maior que o deste ano: foram homologadas aproximadamente 3.200.

Atualmente, o Ministério da Transparência e CGU tem quatro grandes atribuições: atuar nas áreas de ouvidoria, auditoria, corregedoria e promoção da transparência.

Procurada, a pasta afirma que houve nos últimos anos uma mudança de estratégia para dar maior eficiência à sua atuação, com uso de banco de dados para "filtrar" os órgãos e procedimentos que necessitam ser investigados.

Também afirma que houve uma redução de quase 20% do número de técnicos e auditores. Alguns desses funcionários foram realocados para a área de prevenção e saíram dos setores de apuração.

"Estamos focando onde a gente

vai ter mais resultado", diz o secretário federal de controle do órgão, Antônio Carlos Leonel.

Segundo ele, o trabalho hoje é "menos artesanal". "Antes a gente ia avaliar as compras de um ministério e líamos 20 licitações. Hoje, a gente roda as informações no nosso sistema e ele mostra mais ou menos o seguinte: as compras estão acontecendo, mas parte delas estão em risco. Vamos avaliar as três que estão com problemas graves. Conseguimos redirecionar os nossos esforços", diz.

Apesar da queda do número geral de apurações, o órgão aumentou as chamadas "operações especiais", que são deflagradas em conjunto com Ministério Público Federal e Polícia Federal —em 2013 foram 21 e em 2017, 64.

Este mês, por exemplo, houve uma ação que visava desarticular esquema de desvios em merenda de escolas estaduais do Amapá.

Ano passado, a transformação da CGU de órgão da Presidência em ministério pelo presidente Michel Temer foi alvo de uma série de polêmicas. A troca motivou protestos de funcionários, que temiam o





esvaziamento do órgão.

Ainda hoje, especialistas veem a modificação como negativa. "É uma perda de status, sobretudo, simbólica", diz o cientista político Marco Antônio Teixeira, da FGV.

Antes do governo interino de Temer completar um mês, o ministro Fabiano Silveira pediu demissão após ser gravado em discussão sobre a Lava Jato com o então presidente do Senado Renan Calheiros (MDB-AL), seu padrinho político, e o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado.

Depois de Silveira, a pasta foi chefiada por Torquato Jardim, atual ministro da Justiça. Hoje, o cargo é ocupado por Wagner Rosário, funcionário de carreira da CGU.

"QUADRO DRAMÁTICO"

A queda nas apurações é criticada

pelo sindicato que representa analistas e técnicos federais de controle, o Unacon. "Além da redução quantitativa das ordens de serviço, houve uma redução do escopo desses serviços", diz o presidente da entidade, Rudinei Marques.

Segundo ele, se antes a fiscalização era feita em toda uma entidade, hoje acontece em apenas em parte dela.

Marques ainda diz que, atualmente, "o quadro de pessoal é dramático" e as estruturas do órgão são precárias. "Nunca tivemos tão pouco contingente", afirma.

O sindicato e a própria CGU têm pedido ao Ministério do Planejamento que estude possibilidade de abrir concurso público.

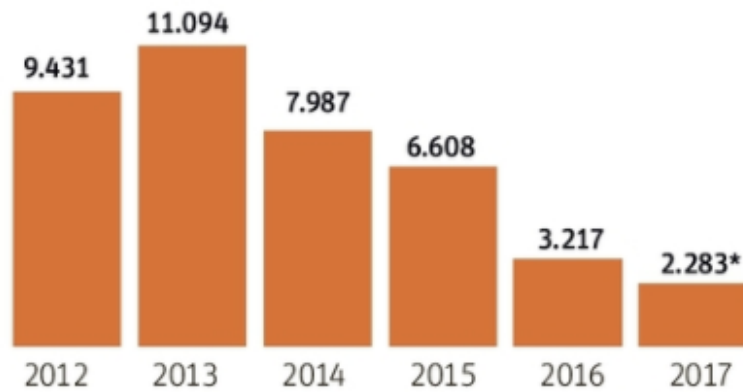




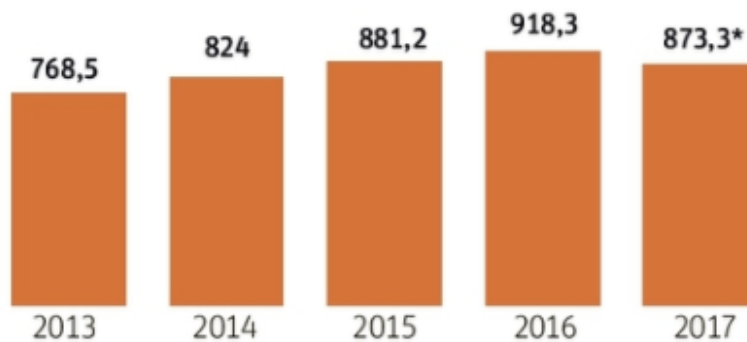
DESCONTROLE

Número de ações da Controladoria-Geral da União caem desde 2013

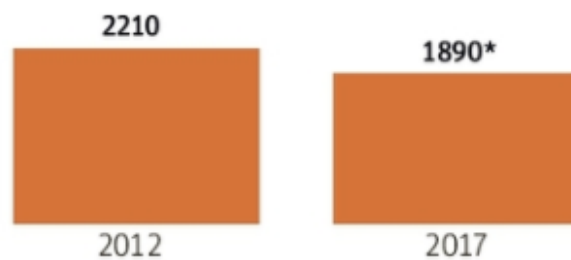
Serviços homologados



Orçamento pago, em R\$ milhões



Número de técnicos e auditores



*Até o final do mês de novembro
Fonte: Ministério da Transparência e CGU

▶ OUTRO LADO ◀

Órgão mudou forma de atuar, diz secretário

DE SÃO PAULO

O Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União afirma que a queda nos procedimentos é resultado da mudança da forma de atuação do órgão.

Segundo o secretário federal de controle Antônio Carlos Leonel, o número de ordens de serviço não é mais levado em conta nas avaliações internas do órgão, e sim o alcance das ações.

Ele diz que a CGU também tem consolidado algumas dessas apurações. Por exemplo, em 2012 fez 16 auditorias individuais no Banco do Brasil e empresas do grupo.

Em 2017, fez uma que incluía “Banco do Brasil Holding”. Segundo Leonel, o próprio Tribunal de Contas da União incentiva a prática.

A troca de status da CGU no governo Temer não foi o que motivou a redução das ações, afirma Leonel —ele usa como referência a maior queda de apurações de um ano para outro, de 11,1 mil para 7,9 mil entre 2013 e 2014, na gestão Dilma.

Segundo ele, o banco de dados da pasta tem sido muito usado e isso faz com que “alguns colegas tenham a percepção de que estamos fazendo ordens de serviço menos profundas”. “Antes, para fazer a fiscalização dos municípios, fazíamos sorteio. Hoje, a gente já conhece os municípios que têm mais problemas. Por que sorteio?”, questiona. (JM)

Investimento, motor principal

Essencial para o crescimento econômico sustentado, o investimento produtivo está retornando, impulsionado em parte pela confiança dos empresários e em parte pela necessidade de repor ou substituir máquinas e equipamentos. O valor investido em outubro foi 0,1% maior que o contabilizado em setembro e 5,6% superior ao registrado um ano antes, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), vinculado ao Ministério do Planejamento.

Foi a quinta alta consecutiva na sequência mensal. Uma tendência positiva parece bem caracterizada, principalmente na área empresarial, mas no ano o indicador ainda está 2,7% abaixo do estimado de janeiro a outubro de 2016. O consumo foi o principal motor da recuperação dos negócios e da melhora do emprego, até agora, e isso é normal numa economia com muita capacidade ociosa.

Mas a continuação do crescimento só será possível com a expansão da capacidade produtiva. Sem isso, a tentativa de consumir mais acabará resultando em alta de preços e, se nada for feito para corrigir o desajuste, em problemas nas contas externas. Um dos erros mais graves dos governos petistas foi a implantação de um estilo de crescimento baseado muito mais no consumo do que no fortalecimento da produção.

O modelo econômico dominante no petismo poderia ter sido inspirado em comédias de pastelão e de equívocos, se as trapalhadas, nessas comédias, fossem acompanhadas de bandalheiras como as descobertas na Operação Lava Jato. Os efeitos dessa política apareceram na deterioração das contas públicas, na inflação crescente, na piora das contas externas e na recessão.

O desemprego foi o resultado mais cruel dos erros e desmandos do petismo. Famílias durante algum tempo resgatadas da miséria voltaram à pobreza extrema. As centenas de bilhões de reais distribuídos como favores fiscais e financeiros propiciaram ganhos extras a grupos e setores, mas, para o conjunto da economia e da população, os custos foram infinitamente maiores que qualquer benefício.

Uma das boas novidades no relatório do Ipea foi a melhora do setor da construção. Depois de um longo período de estagnação e até de recuos, o indicador da construção civil avançou 0,2% de setembro para outubro e ficou 0,3% acima do nível de um ano antes. A movimentação poderá ser muito maior quando o governo destravar os programas de recuperação, expansão e modernização de infraestrutura.

Juros em queda podem ajudar, mas a confiança é um fator essencial para a tomada de riscos. Em dezembro o índice de confiança do empresário industrial chegou a 58,3 pontos, o nível mais alto desde novembro de 2012, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Valores acima de 50 apontam otimismo.

O índice de condições atuais bateu em 52,9, superando a marca de 50 pelo quarto mês consecutivo. O indicador de expectativas atingiu 61 pontos, 9,4 pontos acima do registrado um ano antes. A sondagem de investimentos da Fundação Getúlio Vargas aponta para a mesma direção. Neste caso a linha divisória corresponde ao nível 100.

O indicador do quarto trimestre foi 10,9 pontos mais alto que o do trimestre anterior e alcançou 116 pontos, o resultado mais favorável desde o trimestre inicial de 2014 (116,6). A intenção de investir mais nos próximos 12 meses foi apontada por 26,6% das empresas, a maior proporção desde o primeiro trimestre de 2015. A de estabilidade, por 62,8%.

A de redução, por 10,6%. Os novos dados sobre investimento e sobre intenção de investir complementam de forma animadora a boa notícia trazida pelo Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br). Em outubro este indicador foi 0,29% superior ao de setembro e 2,9% maior que o de um ano antes.

A reativação em 2017 está consumada e as expectativas são de crescimento maior em 2018. Mas o médio e o longo prazos dependem de investimento, de confiança, e a confiança será esvaziada se o programa de ajustes e reformas for travado por um erro político.

QUANDO 2019 CHEGAR »

Maior desafio será resolver a crise fiscal



Monica de Bolle, pesquisadora do PIIIE: "Os deficits estão se acumulando e a reforma da Previdência, que é importante, não será suficiente para evitar os problemas fiscais de curto prazo"

» ROSANA HESSEL

» HAMILTON FERRARI -
ESPECIAL PARA O CORREIO

A crise fiscal ficou à margem dos debates das eleições presidenciais de 2014, escondida pela contabilidade criativa do governo da ex-presidente Dilma Rousseff. Nas próximas eleições, no entanto, esse tema não poderá ser ignorado, avisam especialistas. Eles não têm dúvidas de que, quando 2019 chegar, os problemas fiscais que o próximo presidente da República precisará enfrentar não serão poucos e, dependendo do encaminhamento das reformas ao longo de 2018, o desafio será enorme para evitar que

a dívida pública bruta exploda em proporção ao Produto Interno Bruto (PIB), o que jogará o país em uma nova recessão. Portanto, não há tempo a perder.

Os dados conjunturais atuais, que mostram que a economia está se recuperando gradativamente, podem ter novo retrocesso se as agendas de reformas e de ajuste fiscal não avançarem. Sem elas, o governo não conseguirá parar de registrar rombos consecutivos nas contas públicas — algo que vem ocorrendo desde 2014 e deve ir até 2021 —, muito menos começar a fazer o básico da economia doméstica: gastar menos do que arrecada.

O desequilíbrio das contas é, em parte, resultado do caminhão de privilégios concedidos ao funcionalismo do Executivo e dos demais poderes desde a estabilização econômica conquistada pelo Plano Real. Principalmente, na área da Previdência, que consome mais de 50% do orçamento da União, porque a maioria acaba se aposentando na faixa dos 55 anos, e, com isso, recebe benefício integral por mais tempo do que contribuiu.

As previsões são preocupantes e mostram que, sem a reforma das aposentadorias e sem um enxugamento do tamanho do Estado, os custos com Previdência e pessoal chegarão a 100% do orçamento em menos de uma década. A dívida pública bruta pode atingir 140% do PIB em 2030, quando não haverá mais o bônus demográfico para retirar o país da armadilha da renda média baixa. Com isso, infelizmente, o Brasil, apesar de ser uma das 10 maiores potências do planeta, estará condenando a ter crescimento medíocre, abaixo da média global, porque o Estado não terá recursos para investir em mais nada.

Bombas

Analistas lembram que a área fiscal precisa de atenção especial daqui para frente. Tudo o que é ruim do ponto de vista das contas públicas pode acontecer em 2019. “Uma





bomba fiscal está sendo armada e está programada para explodir em 2019. Desarmar essa herança não vai ser fácil”, alerta a economista Monica de Bolle, pesquisadora do Peterson Institute for International Economics (PIIE), de Washington. “Os deficits estão se acumulando e a reforma da Previdência, que é importante, não será suficiente para evitar os problemas fiscais de curto prazo. Eles vão se acumular durante o ano eleitoral, porque as desonerações não estão sendo revistas e os reajustes salariais, que agora precisam ser adiados, foram concedidos em 2016”, diz.

Uma dessas bombas é resultado dos deficits primários acumulados desde 2014, que podem levar a dívida pública a mais de 100% do PIB em 2021, se não houver reformas, pelas estimativas do Ministério do Planejamento. Um cálculo feito pelo secretário de Planejamento e Assuntos Econômicos da pasta, Marcos Ferrari, revela que, hoje, a dívida pública per capita está em R\$ 26,7 mil. Sem a reforma da Previdência, o endividamento de cada brasileiro será de R\$ 30,3 mil em 2019. Dois anos depois, esses 100% de dívida em relação ao PIB darão R\$ 38,6 mil para cada brasileiro. Com a reforma, a dívida para cada indivíduo da população continuará crescendo, mas em ritmo mais contido, chegando a R\$ 28,7 mil, em 2019, e a R\$ 33,3 mil, em quatro anos.

Além da dívida pública bruta brasileira em crescimento contínuo — atualmente em 74,4% do PIB, pelos cálculos do Banco Central e acima da média dos países emergentes, de 48% do PIB —, outro fator preocupante é o teto dos gastos. O limite aprovado em 2016 por emenda constitucional pode estourar devido ao crescimento desenfreado das despesas com Previdência e pessoal, que sobem acima da inflação. Para piorar, o estouro do teto pode ser antecipado para 2018 com a liminar concedida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski, suspendendo a medida provisória que adiava o reajuste dos servidores para 2019.

Outro problema inevitável para o novo governo será o descumprimento da regra de ouro, que está na Constituição e proíbe que o Tesouro Nacional emita mais dívida para cobrir despesas de custeio. Isso abriria caminho para um novo processo de impeachment por irresponsabilidade fiscal para quem estiver no poder no ano seguinte.

O especialista em contas públicas Gabriel Leal de Barros, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), afirma que o teto de gastos vai estourar em 2019. “Tudo indica que, se o governo não conseguir alavancar as reformas, haverá mais problemas na área fiscal em 2019. Teremos uma agenda congestionada. Seja qual for o presidente, reformista

ou não, vai ser difícil evitar todos esses problemas”, avisa. “Por isso, é preciso um debate franco e de alta qualidade com a sociedade”, emenda.

O economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, ressalta que, independentemente de quem ganhar as próximas eleições em 2018, a questão da reforma da Previdência precisará ser atacada em 2019. “Qualquer um que entrar no Planalto não terá escolha. A dificuldade maior é ter um presidente que una esforços e saiba lidar com o Congresso para votar as reformas. Os populistas que são candidatos chegarão sem força ao fim da campanha”, avalia.

Abismo

A piora do cenário fiscal dependerá de quem vencer as eleições em 2018, aponta o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale. “Um governo populista poderá simplesmente agravar o quadro fiscal porque não fará ajustes e não tentará reduzir o tamanho do Estado. Gastará muito mais porque vai minimizar o problema atual”, afirma. “Acreditar que há alternativas para a crise fiscal sem uma profunda reforma da Previdência é brincar de dar salto mortal no abismo”, alerta, reconhecendo que há risco de o país entrar em uma nova recessão se o ajuste fiscal ficar para depois





Fragilidade da economia

Do ponto de vista econômico, o Orçamento Público é o que mais preocupa o mercado e o contribuinte. A situação fiscal está longe de ser sustentável.

CONFIRA AS PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES DO LADO FISCAL:

Teto de gastos

É o limite de gastos para evitar que a despesa pública cresça mais do que a inflação. Todos os Poderes e órgãos terão tetos específicos. Nos três primeiros anos, o Executivo poderá compensar excessos de gastos do Legislativo e Judiciário em até 0,25% do limite. A regra vale por 20 anos, mas pode ser revista em 10.

Dívida Pública

É a pendência financeira adquirida pelo governo pela falta de arrecadação suficiente para manter a máquina pública. O governo tem, cada vez mais, dívidas com bancos públicos e privados, investidores, instituições financeiras internacionais e governos de outros países.

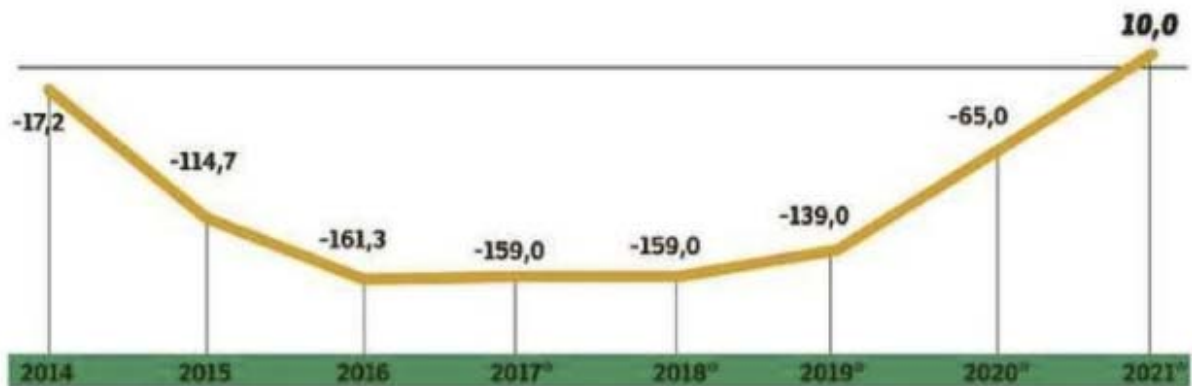
Regra de Ouro

É a legislação que proíbe a União de se endividar em um volume superior aos investimentos, com o objetivo de evitar que o Estado crie pendências financeiras para pagar dívidas correntes como gasto com pessoal e Previdência.

7X1

O ano de 2017 marcou o meio de um período de rombos fiscais. O governo se endivida, cada vez mais, e se arrisca ao calote.

Deficit (em R\$ bilhões)



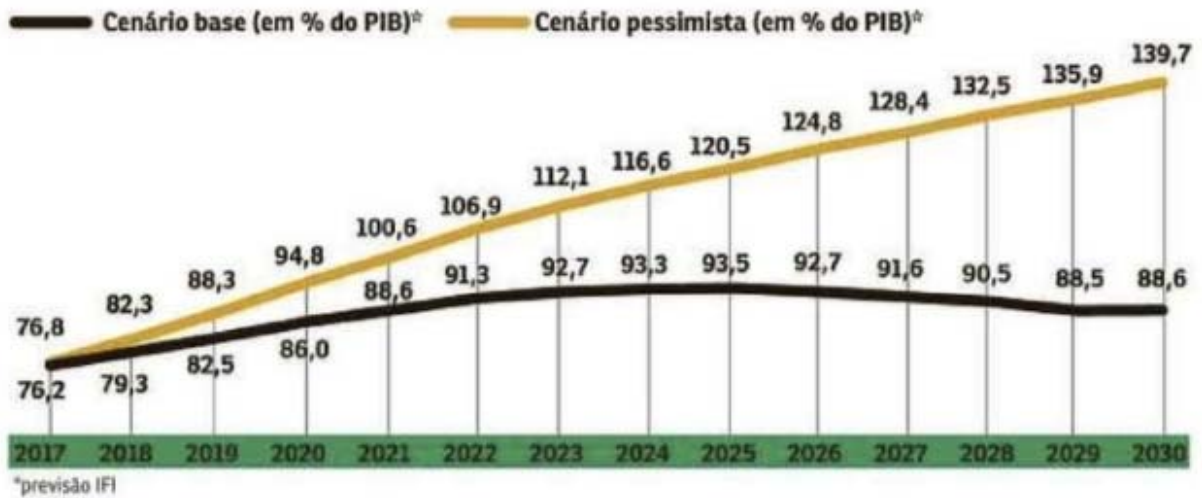
^oprevisão do governo





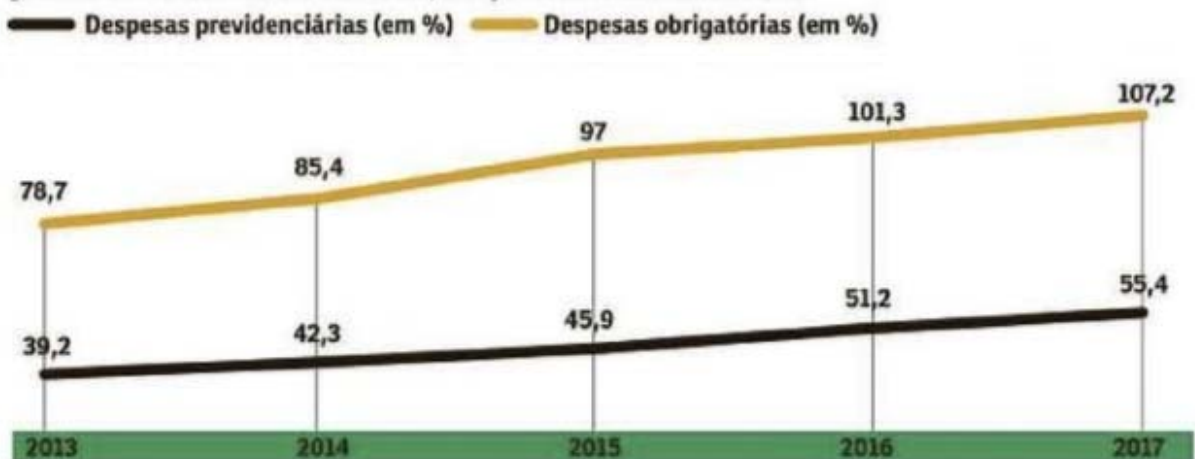
RISCO 2021

Já são sete anos de deficits consecutivos. O crescimento da dívida pública só deve parar em 2025.



RECEITA COMPROMETIDA

Em 2016, as despesas obrigatórias ultrapassaram a receita líquida do governo. Sem a reforma da Previdência, o Orçamento ficará insustentável.



TETO EM RISCO

Considerando os gastos dos poderes Legislativo e Judiciário, as despesas vão superar o limite da Emenda do Teto em 2019. (em R\$ bilhões)

Ano	Diferença (Despesa/Teto)	Margem para compensação	Excesso de gastos
2017	-172	3.133	3.305
2018*	2.314	3.227	912
2019*	5.750	3.367	-2.382
2020*	6.527	-	-6.527
2021*	7.391	-	-7.391

*previsão IFI

Fontes: IFI, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Tendências Consultoria

Pacifico/CB/D.A Press